

Administrar a economia

Brasil

Falta ao governo a coragem de reconhecer que o Plano Brasil Novo foi ao fundo, o que poderá levá-lo aliás a graves erros, de consequências altamente negativas. Deve portanto pensar agora em simplesmente administrar a economia, procurando aplicar, com maior determinação, uma política de feijão-com-arroz (evitando, naturalmente, a utilização dessa expressão tão desmoralizada), do que adviria à equipe econômica a vantagem do apoio do presidente e a compreensão do Congresso, o qual, apesar dos pesares, vem-se mostrando um pouco mais sensível à ameaça de uma deterioração da nossa economia. Embora tenha o Plano Brasil Novo deixado marcas não desprezíveis nessa área, cumpre aproveitar o impulso dado por algumas decisões importantes, como o fim dos subsídios, maior abertura, a preocupação quanto a uma reforma fiscal etc...

Consta que o novo filme da apresentadora Xuxa tenta convencer os "baixinhos" de que nunca se deve desistir de um sonho; lição que vale, aliás, para o presidente Fernando Collor de Mello, desde que concorde em moderar sua sofreguidão. Ao que pa-

rece, o País, mais uma vez, reluta em abandonar um sistema de indexação que, inexoravelmente, só nos condena a uma inflação elevada. Assim, compete ao governo, primacialmente, procurar amenizar os efeitos perversos desse método. Se o mercado aceita pacificamente que as taxas de juro para o crédito ao consumidor final fiquem em 30%, ao mês de nada adiantará pretender impedir uma antecipação da inflação, mesmo porque o governo já a facilita, ao consagrar a indexação mediante reajuste do BTN fiscal...

Ao que entendemos, devem os esforços do Planalto fixar-se em três direções, sem renúncia, naturalmente, a sua política de abertura da economia e à definição de uma política industrial em que se dê prioridade aos incentivos para os investimentos. Cumpre ao governo procurar estabelecer mecanismos não de desindexação, mas de redução dos automatismos desta, com a aplicação de um redutor que, um dia, ao que esperamos, nos conduzirá a uma real desindexação, o que, sendo hoje apenas um sonho, não deve entretanto ser abandonado...

Um segundo ponto que nos parece essencial é a aplicação,

com realismo e firmeza, de uma política monetária realmente austera. Conviria que o Planalto reconhecesse os erros que cometeu ao permitir uma volta da liquidez a tal velocidade. Hoje, dispõe de instrumentos bem mais eficientes do que aqueles que o socorriam um mês atrás para administrar a liquidez da economia. Temos de reconhecer, no entanto, a necessidade de seu aperfeiçoamento, como no caso, por exemplo, da decisão do Banco Central de não mais zerar a posição das instituições financeiras no tocante aos títulos públicos, quando, na realidade, apenas se decidiu zerar a preço mais alto...

Cabe às autoridades monetárias provar que, agora, a expansão dos meios de pagamento está sob controle e que, se houver expansão, esta não terá sido efeito de uma pressão — direta ou indireta — do déficit público. Uma vez convencidos os agentes econômicos de que tal controle existe, pode-se ter a certeza de que os juros para o crédito ao consumidor baixarão, obrigando os "achistas" a rever suas previsões.

Finalmente, chegamos ao ponto mais crítico da política do governo: a redução do déficit pú-

blico. Conforme já assinalamos, o Plano Brasil Novo acabou, não se podendo mais prever um superávit nas contas públicas equivalente a 2% do PIB. A reforma administrativa será muito reduzida, devendo a patrimonial, nela incluído o processo de privatização, seguir ritmo muito mais lento do que o previsto, o que já se espera, à luz da experiência de outros países sérios que conseguiram privatizar. Resta-nos, pois, contar apenas com uma revisão do orçamento atual para o segundo semestre, o que está tardando, como também com a elaboração de um orçamento muito mais austero para 1991. Para o presente exercício, incumbe ao governo apenas aplicar a Constituição, ou seja, extinguir gastos introduzidos na fase final da votação da Lei de Meios sem competentes recursos e renunciar a gastos na Previdência Social não respaldados por receitas. Se conseguir comprovar que o déficit será realmente atenuado, terá o Planalto obtido vitória muito mais confiável do que aquela que pensou ter logrado quando confiscou os haveres financeiros da população para combater uma inflação que, visivelmente, está voltando..